

INCULTURAR A FÉ, EVANGELIZAR A CULTURA

Nos documentos de Santo Domingo e de Aparecida, o episcopado latino-americano expressa a preocupação com a inculturação da fé. Essa inquietação se situa num horizonte bem mais amplo que não o das culturas dos diversos povos que vieram a constituir a população latino-americana. A própria Igreja Católica vê seu epicentro geográfico deslocar-se da Europa (ocidental e meridional) para a África e a Ásia. Os três últimos Prepósitos Gerais da Companhia de Jesus tiveram seu principal campo de atuação na Ásia.

A inculturação da fé é de todos os tempos e lugares. É concomitante com a evangelização desde a missão de Jesus. Para os camponeses galileus Jesus falava em parábolas, com os mestres de Jerusalém usava a discussão rabínica... Mas, em vista do nosso contexto e público leitor – atendendo, portanto, à exigência da inculturação – privilegiaremos o horizonte próximo do Brasil aqui e agora.

Olhando ao nosso redor, notamos que a inculturação não diz respeito somente aos grupos populacionais: índios, afros, colonizadores oriundos da Ibéria e suas ilhas, imigrantes mais recentes da Europa e do Oriente... Diz respeito também às mudanças culturais que se espalham em escala nunca vista neste país: a expansão da cultura urbana, a cultura globalizada – paradoxalmente cultura fragmentada, centrada no indivíduo. Exige compreender o novo paradigma da cultura dominante que, oriunda do intelectualismo herdado dos gregos e passando pela predominância tecnológica, vive a redescoberta do somático, inclusive em interação com a matéria em geral, na cibernética, na engenharia genética, na visão holística.

Já por isso, a inculturação local teria uma dimensão mundial. Não nos deixemos enganar, porém. Os diversos focos da globalização têm um signo diferente de acordo com sua matriz. Outra coisa é a cultura cientificista nascida de uma Modernidade consciente, na convicção da não-necessidade da hipótese Deus (Laplace); outra coisa, a submissão cultural de populações com forte índole religiosa ao sistema econômico sediado nos países secularizados ou de civil religion. No primeiro caso, trata-se da difícil e demorada busca de uma visão do mundo condizente com a evolução cultural dos cidadãos; no segundo, de uma brutal imposição econômica, causa de desenraizamento, desrespeito e injustiça.

A questão da inculturação, no Brasil e alhures, não pode ser reduzida a uma questão de linguagem: um novo código, mais agradável aos ouvidos e, sobretudo, aos olhos do homo audiovisual. A questão fundamental não é a linguagem, mas a palavra, aquilo que se exprime a partir de uma experiência vivida. Sem a experiência da fé não há mensagem a ser inculturada. É o drama de agentes religiosos que pretendem alcançar as pessoas com pirotecnias eletrônicas, efeitos cênicos e um cardápio misto de práticas religiosas quaisquer. Conhecemos no Brasil exemplos extremos dessa tendência. O intento desses agentes não é a inculturação de uma experiência de Deus, mas agradar ao público. Em vez de inculturar a fé, desfazem a cultura juntamente com a fé. Que os superiores eclesiásticos orientem os agentes pastorais, inclusive padres e religiosos, para não caírem nessa tentação. Ainda bem que Jesus recusou a façanha de se jogar (diante das câmeras?) do pináculo do Templo (Mt 4,5).

A questão fundamental está na experiência da fé. É como disse o mestre do classicismo francês, Nicolas Boileau: “O que é bem concebido enuncia-se claramente”. Ainda que, em se tratando da fé, o “bem concebido” não seja exatamente o que pensava esse literato cartesiano. De toda maneira, uma forte experiência de fé encontra seu caminho até a expressão contagiante em diversas linguagens e culturas. É o que se vê na vida dos santos e, antes de tudo, no carpinteiro de Nazaré.

Ao mesmo tempo, porém, essa experiência fundante é irredutível a qualquer linguagem existente. Ela cria seus ícones, que não podem ser modificados a ponto de se tornarem irreconhecíveis, sob pena de desintegração daquilo que se quer transmitir. Diferente da linguagem digital, que se pode desconstruir à vontade, a linguagem icônica é referencial, estereotípica. Tocamos aqui na questão da Tradição e da ortodoxia. A linguagem da fé não pode tornar-se irreconhecível. O que não exclui sua adaptação a diversos contextos. Os ícones do cristianismo oriental são a prova viva disso. Um ícone copta é copta, um ícone russo é russo, um grego é grego. Contudo, o estereótipo fica guardado e é reconhecido. Nesse sentido, a catolicidade (que significa universalidade) não será um conservadorismo petrificado, mas o cuidado da inculturação aberta, respeitando os dois

pólos: o da referência irredutível e o da linguagem adaptada ao destinatário. Não se identifica com uma globalização que deixa cada um deitado no seu egocentrismo, ambientado na comunicação superficial. Tampouco se identifica com a exportação de determinada cultura de uma parcela da Europa, chamada “cultura cristã”, desprezando os patagônios porque não falavam “la lengua cristiana”... Antes, procura a expressão autêntica em todas as culturas, assim como Paulo ensinou aos superbárbaros que eram os gálatas, inclinados a copiar as leis judaicas em vez de descobrir seu próprio modo de viverem a liberdade cristã, movidos pelo Espírito Santo dado no batismo – liberdade cristã que consiste em tornar-se servo de seu irmão na caridade (Gl 6,13).

Se a inculturação da fé não é mera mudança de código (cultural, lingüístico), mas a recriação da expressão de uma experiência fundante, é evidente que deve ir de par com a volta à fonte. Não por nada a teologia voltada para o povo simples das nossas comunidades fez surgir as tão ricas experiências da leitura bíblica com o povo, do Ofício Divino das comunidades, da leitura dos Pais e Mães da Igreja etc. Esse momento é até mais fundamental que aquele outro, igualmente necessário, que é a adaptação à linguagem do povo, ora com sotaque tupi-guarani, ora ioruba, ora simplesmente mineiro ou cearense... E por que não o sotaque dos subúrbios do Rio e de São Paulo?

Assim, a inculturação da fé é, afinal, a evangelização da cultura. Não no sentido de cortejar vaidosamente uma elite cultural, mas no sentido de entender a cultura como a alma de um povo, alma a ser tocada pela mensagem do Evangelho, melhor, pelo ícone inconfundível do homem de Nazaré, que na hora do dom de sua vida ousou dizer: “Quem me viu, viu o Pai” (Jo 14,9). Tocar a alma do povo, não “desalmá”-lo por formas culturais impostas pela presunção de uma cristandade européia que confundiu o Reino de Deus com seu sistema político, ou pela violência colonial, ou pelo poderio econômico que se pretende global. Tocar a alma do povo, descendo até ele, assim como os padres operários “desciam ao inferno” nos arrabaldes de Paris (G. Cesbron, *Les saints vont à l’enfer*). Tocar a alma do povo, descobrindo-lhe a poesia de que talvez nem tenha noção (nosso “mineiro” Frei Chico). Tocar a alma do povo, ensinando-lhe a falar de sua própria realidade para tomar consciência de seu próprio ser (Paulo Freire). Entrar em seu sofrimento, para expressar a fé e a esperança na salvação em Cristo. Entrar em sua alegria, para cantar a Ressurreição. Tudo isso, sem desprezar o trabalho dos que, em cursos e conferências, em bibliotecas e escritórios, cuidam do “acesso às fontes cristãs”.

O canal eclesial para isso é a Igreja local. A Igreja “particular”, diocesana, ou as Igrejas da região, do país. A Conferência Episcopal, a Província Eclesiástica, o Patriarcado, onde for o caso. É bom lembrar que o Catecismo da Igreja Católica publicado no pontificado de João Paulo II se desti-

nava aos bispos e às Conferências Episcopais, para que redigissem um livro da fé próprio e adequado ao seu povo. Não obstante, diante do resultado reduzido, Roma houve por bem divulgar um catecismo popular universal com perguntas e respostas, o Compêndio. Sinal da falta de garra na evangelização da própria cultura, em muitas regiões. Esperamos que a retomada desse recado pela Conferência de Aparecida desperte os que dormem.